

POLÍTICAS DE TURISMO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ESTRADA REAL EM SÃO JOÃO DEL REI – MINAS GERAIS

TOURISM POLICIES: AN ANALYSIS OF “ESTRADA REAL” PROGRAMME

Silvana Toledo de Oliveira¹

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz²

RESUMO: Pesquisa descritiva sobre o Programa Estrada Real em São João Del Rei, Minas Gerais, a fim de identificar a percepção dos envolvidos. São feitas algumas considerações sobre o planejamento no Brasil, as políticas de turismo e os antecedentes históricos da Estrada Real. Apresenta os principais resultados da pesquisa sobre o programa Estrada Real no município foco do estudo, a partir da análise geral das políticas de turismo e da percepção de empresários, comunidade local e visitantes. Os dados obtidos junto a visitantes e operadores de viagem indicam uma necessidade de melhor preparo da cidade para receber seus visitantes. Percebeu-se, no decorrer desta pesquisa, que o turismo em São João Del Rei, apesar de existir mesmo que de modo incipiente desde o final do século XVII, ainda necessita planejar e profissionalizar a atividade.

¹ Bacharel em Turismo, Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Docente no Curso de Turismo do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN), São João Del Rei/MG e sócia da Projeto Treinamento e Consultoria em Turismo. Endereço: Rua Oito n° 61, São João Del Rei/ MG, CEP 36303-008. E-mail: silvana@projetu.com.br

² Turismóloga e Geógrafa, Mestre em Geociências e Meio Ambiente e Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental com estudo de caso em Turismo. Docente da ESALQ - Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP. Endereço: Avenida 11 n° 50, Centro, Rio Claro/SP, CEP 13500-350. E-mail: odaleiaq@terra.com.br, otmmquei@esalq.usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de turismo. Programa Estrada Real. São João Del Rei.

ABSTRACT: This article presents an analysis of “Estrada Real” Programme in São João Del Rei, based on a research which objective is to raise the perception of the involved ones in the process of tourist development in the city and to relate them with the proposals of this program, adopted as one of development politics of the government of the State of Minas Gerais. Some considerations on the planning in Brazil, the politics of tourism and the historical antecedents of the Real Road are made. It presents the main results of the research on “Estrada Real” Programme, analyzing the politics of tourism and the perception of entrepreneurs, local community and visiting. The data indicate a necessity of better preparation of the city to receive its visitors.

KEY-WORDS: Tourism policies. “Estrada Real” Programme. Perception of involved agents. São João Del Rei.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de Oliveira (2007) acerca das políticas de turismo brasileiras e do Programa Estrada Real em São João Del Rei, Minas Gerais. A pesquisa, de natureza descritiva, buscou levantar a percepção dos envolvidos no processo de desenvolvimento turístico do município de São João Del Rei e relacioná-las às propostas do Programa Estrada Real, adotado como uma das políticas de desenvolvimento do governo do Estado de Minas Gerais.

Os procedimentos metodológicos envolveram levantamentos bibliográfico e documental, visando à elaboração de um suporte teórico que possibilitasse a análise da realidade à luz de referenciais de pesquisa e de experiências, além do inventário dos principais aspectos históricos e culturais de São João Del Rei e das políticas de turismo dos governos federal, estadual e municipal.

Nas pesquisas de campo para coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas que buscaram identificar a percepção dos envolvidos – comunidade, turistas, iniciativa privada,

instituições do setor turístico e poderes públicos municipal e estadual (Secretarias de Turismo), em relação à Estrada Real e sua contribuição ao desenvolvimento turístico da cidade.

Planejamento no Brasil: considerações iniciais

O planejamento está relacionado ao ato de administrar. Segundo Chiavenato (2000, p. 16) o planejamento “é o ponto de ligação entre a situação atual e situação desejada”.

Porém, é importante destacar, conforme explica Barretto (1991), que nas Ciências Humanas, de forma geral, não existem definições precisas como há nas Ciências Exatas. Assim, não existe apenas um conceito para planejamento, entretanto, entre eles, identificam-se vários aspectos em comum, destacando-se a idealização de um futuro e a ação no presente.

No turismo, setor de serviços de grande relevância na atualidade, o planejamento vem ganhando cada vez mais, destaque entre os agentes mobilizadores. Ruschmann e Widmer (2001, p. 67) afirmam que “o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado”.

O planejamento é um importante meio de controle do turismo desordenado, contribuindo assim, para que os impactos negativos desta atividade sejam minimizados. O planejamento turístico pode ser definido como um

[...] processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre a localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução (RUSCHMANN, WIDMER, 2001, p. 67).

Nesse sentido, deve ser pensado e priorizado para que se evitem os possíveis danos aos patrimônios naturais e culturais da região onde o turismo se desenvolve.

Por sua complexidade, o planejamento lida com “um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais” (HALL, 2001, p. 24). É imprescindível destacar que deve considerar as possíveis variáveis e dificuldades que poderão ser encontradas.

Em termos de planejamento governamental chama a atenção no Brasil, o foco especial em objetivos econômicos. De acordo com Almeida (2004) o planejamento público no Brasil foi mais estruturado em torno de objetivos econômicos, formulados em alguns casos, visando atender as necessidades de desenvolvimento regional.

Como conseqüência disso, o país amadureceu sob o ponto de vista industrial e avançou tecnologicamente. Mas a sociedade permaneceu inaceitavelmente desigual e continuou a padecer das mesmas injustiças, “em especial nos terrenos da educação, da saúde e das demais condições de vida para os setores mais desfavorecidos da população” (ALMEIDA, 2004, p. 03).

Oliveira (2006) afirma que um dos principais motivos que podem acarretar falhas nos resultados das políticas públicas é, sem dúvida, a dissociação entre a fase de elaboração e a de implementação do planejamento destas políticas. Geralmente, o planejamento é elaborado por uma equipe de técnicos e a implementação do mesmo é realizada por outro grupo de profissionais mais relacionados com os atores locais, não raras vezes, em momentos distantes.

Políticas de turismo

Os termos política e planejamento têm uma relação direta e, portanto, precisam ser entendidos e analisados conjuntamente dentro da mesma perspectiva.

Política, segundo Dias (2003, p. 121), é um termo “comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *polis*, ou seja, o Estado”. Cabe ao Estado, na maioria dos casos a formulação de políticas setoriais.

Assim, Solha (2006, p. 89) afirma que “devido à sua abrangência e complexidade, comumente cabe ao Estado estabelecer as políticas para as mais diversas esferas de atuação governamental. Isto se dá por meio da definição de objetivos e da criação de regras que refletem os princípios de uma sociedade”. Essa autora destaca ainda que política pode ser entendida como uma forma de gerenciamento de diversos interesses em torno de algum objetivo.

No Brasil, nas três últimas décadas do século XX, ocorreram muitas transformações em termos de gestão estatal, incluindo o que se refere às responsabilidades do setor público. As

políticas econômica, social, cultural, estrutural, ambiental e de desenvolvimento urbano tiveram mudanças substanciais, entrando também neste novo milênio. As causas de tais modificações são apontadas como crises estruturais, características do Estado moderno, evidenciando-se a ineficácia das formas conservadoras de planejamento público. A nova situação mundial, com o estabelecimento do fenômeno da globalização e maior flexibilização de mercado, exigiu um reposicionamento quanto ao papel do Estado e as políticas públicas. Ficou clara a tendência de se promover certa “autonomia do poder local, permanecendo a cargo do governo central a definição global das grandes linhas de ação e das diretrizes de regulação e controle” (LOW-BEER, 2002, p. 67) das políticas públicas.

Política pública pode, então, ser definida, de acordo com Dias (2003, p. 121), como sendo “um conjunto de ações executadas pelo Estado, buscando atender às necessidades da sociedade”. As linhas de ação dessa política, teoricamente, devem estar direcionadas ao bem comum e satisfazer ao interesse público.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 294) definem política de turismo como sendo

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

No turismo, a política pública será tudo aquilo que o governo decide fazer ou não em relação ao setor. Mas o que se identifica na prática, é que essa realidade não se apresenta de forma tão simplista. As preocupações com o turismo são às vezes inexistentes, onde a falta de controle marca o seu desenvolvimento em diversos destinos ou localidades com potencial turístico. Solha (2006, p. 90) afirma que as “políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos.”

A importância de uma política voltada especificamente para o desenvolvimento do turismo se reflete na afirmação de Beni (2001, p. 177) de que,

[...] a política de turismo é a espinhal dorsal do ‘formular’ (planejamento), do ‘pensar’ (plano), do ‘fazer’ (projetos e programas), do ‘executar’ (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do ‘reprogramar’ (estratégia) e do ‘fomentar’ (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Porém, não se deve esquecer que a “elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político” (HALL, 2001, p. 26). Partindo dessa análise, podemos dizer que a política sofrerá diretamente influência do ambiente político e das estruturas governamentais a que estiver subordinada.

Dias (2003) afirma que uma política de turismo planejada e articulada não é algo muito comum. No Brasil, identificamos várias ações que muitas vezes são isoladas ou que esbarram em entraves burocráticos na tentativa de sua implementação. Como exemplo, temos a normatização, através de políticas de turismo, das atividades relacionadas ao ecoturismo em Bonito, no Mato Grosso do Sul.

Um aspecto importante que tem sido considerado na elaboração de políticas de turismo em vários destinos é a participação de toda a sociedade no processo de tomada de decisão: poder público, iniciativa privada, comunidade e terceiro setor. Essa interação tem se mostrado um aliado na busca de soluções a alternativas que sejam de interesse comum.

No Brasil, a discussão da Política Nacional de Turismo, a criação de um Ministério próprio e, conseqüentemente, a elaboração do Plano Nacional de Turismo e seu lançamento oficial em 2003 constituíram um marco no processo de planejamento do setor.

Com o Ministério do Turismo, foi também instituída uma nova estrutura,

[...] segundo a qual foi criada a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, que elaborou a Política Nacional de Turismo e desenvolveu seu instrumento de execução, o Programa de Regionalização do Turismo, articulando organismos e instâncias nacionais e regionais, promovendo a cooperação e a interação com órgãos de administração federal, estadual e municipal (BENI, 2006, p. 28).

O Plano Nacional de Turismo 2003-2007 passou então a nortear as ações do Ministério do Turismo e trouxe um novo ânimo ao setor que pôde perceber no governo federal, a preocupação em buscar novas alternativas para o País, por meio do desenvolvimento planejado do turismo.

As *Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil* foram lançadas em 2004 e “seguem a um modelo de gestão política descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização,

cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia das decisões” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004a, p. 11).

O que se percebe é que o grande desafio desse plano é difundir um modelo de parceria e gestão descentralizada, e, principalmente, participativa na esfera estadual, buscando atingir os municípios onde, efetivamente, o turismo acontece por meio da regionalização e interiorização (OLIVEIRA, 2006). Dessa forma, foram estabelecidos fóruns estaduais e conselhos municipais de turismo, que são instrumentos previstos pelo Plano Nacional de Turismo, para possibilitar sua implementação e maior integração entre as ações, avaliação e acompanhamento dos resultados.

Segundo sua base conceitual, a compreensão do Programa de Regionalização do Turismo passa pela noção de território como espaço “de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004b, p. 11). Essa noção de território deve ser entendida como uma forma de coordenação entre agentes econômicos, representantes políticos e organizações sociais, buscando superar a visão estritamente setorial do desenvolvimento.

As políticas públicas adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), por meio da Política Nacional de Turismo, enfatizam o desenvolvimento regionalizado e vem fomentando a “consolidação de uma rede de entidades e instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 30). E ainda, essa nova forma de gestão do turismo tem estimulado uma discussão e deliberação sobre a Política Nacional de Turismo e seus desdobramentos, nas diferentes escalas territoriais do país.

Ao se considerar que uma das metas do Ministério do Turismo expressa no Plano Nacional de Turismo é a descentralização, os municípios devem, então, assumir essa responsabilidade. Entretanto, isso não significa que devem assumi-la sozinhos; devem buscar estimular a participação dos governos estaduais e federais e demais envolvidos no processo, como a comunidade local, setor privado e terceiro setor (SALVATI, 2004).

Apesar dos avanços dos últimos anos, de acordo com o diagnóstico apresentado no Plano Nacional de Turismo 2003-2007, o Brasil ainda está longe de ocupar um lugar de destaque no cenário turístico mundial. Um dos motivos apontados é que

[...] a falta de articulações entre os setores governamentais tem gerado políticas desencontradas, fazendo com que os poucos recursos destinados ao setor se percam em ações que se sobrepõem ou que não estão direcionadas a objetivos comuns (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 12).

O governo federal juntamente com os estados e municípios têm buscado objetivos comuns, na tentativa de reduzir essa falta de articulação. Assim, dentro da proposta de regionalização do Plano Nacional de Turismo e em harmonia com as orientações e diretrizes do governo Federal, Minas Gerais optou por um planejamento sob a forma de Circuitos Turísticos e do Programa Estrada Real.

Os circuitos turísticos são uma espécie de associação regional que incluem, além dos municípios, representantes da iniciativa privada ligada ao turismo e representantes da sociedade civil organizada, entidades de classe e organizações não-governamentais. Essas organizações são compostas, de modo geral, por pessoas físicas e jurídicas, órgãos públicos, associações e entidades, que se voltam para o desenvolvimento turístico da região onde está inserido.

Um Circuito Turístico é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, formada por membros da sociedade civil e do poder público; e por um profissional, que o gestor contratado para executar as ações necessárias (SETUR/MG, 2007).

Até o mês de março de 2007 havia 55 circuitos certificados no Estado de Minas Gerais (SETUR/MG, 2007), entre eles o Circuito Turístico Trilhas dos Inconfidentes, que contempla a região de São João Del Rei.

Até o lançamento oficial do Programa Estrada Real em 2003, o planejamento turístico em Minas Gerais estava centrado, principalmente, em circuitos turísticos. Tal ação governamental, articulou diversas regiões do Estado em uma espécie de rede de instituições e empresas, segundo Gomes e Santos (2007, p. 10).

Programa Estrada Real: antecedentes históricos

A idéia da Estrada Real, sob a forma de um programa, aconteceu em 1998, quando o empresário Eberhard Hans Aichinger, indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, assumiu a presidência da Câmara da Indústria do Turismo.

Em busca de conhecer mais profundamente as potencialidades turísticas do Estado, afirma Aichinger (2004), chamou-lhe a atenção um relato feito por dois diretores da Associação Comercial de São João Del Rei sobre a Estrada Real. As primeiras informações sobre o assunto foram recebidas, segundo Aichinger (2004), em agosto de 1998 e tratavam da recuperação do caminho dos Bandeirantes quando adentraram pelas Minas Gerais, vindos, principalmente, pela rota que passa por Taubaté (SP), entrando por Cruzeiro, pela Garganta do Embaú, atravessando pela Serra da Mantiqueira e chegando a Passa Quatro (MG) e aos municípios do Circuito das Águas. Assim surgiu a idéia de se utilizar a Estrada Real como um grande projeto turístico.

Algumas ações foram realizadas para a exploração turística da Estrada Real. Entre elas, a elaboração de uma legislação específica pelo Governo do Estado de Minas Gerais – entre 1999 e 2002, conforme citado por Guerra et al. (2003, p. 16), que “buscava resguardar o patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico do entorno da Estrada Real, no seu trecho mineiro, de toda e qualquer ação que pudesse degradar ou alterar suas características”.

Assim, dando continuidade ao resgate da Estrada Real foi sancionada a Lei Estadual de nº 13.173/99, que dispõe sobre o “Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real”, que passou a nortear as ações institucionais da Secretaria de Estado do Turismo – SETUR/MG, quanto às políticas de desenvolvimento para a Estrada Real.

Após a aprovação desta lei, a FIEMG criou o Instituto Estrada Real – IER, uma sociedade civil sem fins lucrativos com objetivo de “criar, organizar e gerenciar o produto turístico Estrada Real e suas variantes” (GUERRA et al., 2003, p. 17).

Mariuzzo (2006) afirma que uma das primeiras ações do IER foi o licenciamento da logomarca Estrada Real, que já é comercializada numa lista de produtos que inclui chocolates, café, doce de leite, um bar temático e um dos modelos de carros da Fiat Automóveis, o Dobló.

A cerimônia oficial de lançamento do Programa aconteceu em São João Del Rei em 19 de abril de 2003, quando foi inaugurado o primeiro marco da Estrada Real. A solenidade de abertura ocorreu no Teatro Municipal da cidade, com a presença do Ministro do Turismo Walfrido Mares Guia, o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, o presidente do

Instituto Estrada Real, Eberhard Hans Aichinger, além do prefeito de São João Del Rei e diversas outras autoridades.

A Estrada Real abrange 177 municípios, sendo 162 em Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo.

O Programa Estrada Real está de acordo com as políticas de turismo estabelecidas pelo Governo Federal através do Plano Nacional de Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003), onde diz que:

[...] o turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração de emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais e o equilíbrio da balança de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.

Em Minas Gerais, dentre os mais de duzentos projetos apresentados no PPAG – Plano Plurianual de Ação de Governo 2004-2007, foram escolhidos 31, considerados prioritários, chamados de Projetos Estruturadores. No setor de turismo, apenas o Programa Estrada Real foi escolhido e é considerado, atualmente, o maior projeto turístico em desenvolvimento no Brasil (SETUR/MG, 2005).

A partir do PPAG 2004-2007, tem início uma série de ações que visam não somente a promoção e a divulgação do programa, conforme Relatório de Execução do Projeto Estruturador da Estrada Real. O foco principal dessas ações concentra-se nos municípios e circuitos turísticos que fazem parte da área de influência da Estrada Real.

A importância desse projeto estruturador é ressaltada com a parceria afirmada entre o Instituto Estrada Real, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, o governo do Estado de Minas Gerais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Além disso, desde maio de 2006, as Nações Unidas por meio do PNUD assinaram um convênio de cooperação técnica com o Instituto Estrada Real - IER, que prevê o repasse pelo organismo internacional de tecnologia para a elaboração, execução e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento.

O Programa Estrada Real possui, como tantos outros de cunho turístico, uma série de potencialidades a serem desenvolvidas em torno de patrimônio, história, cultura, religiosidade ou recursos naturais. Por outro lado, existem diversas dificuldades em sua estruturação e implantação, que possuem ações de curto, médio e longo prazo.

É importante destacar que são as empresas privadas que devem operacionalizar a atividade turística, enquanto cabe aos governos estimular o investimento privado por meio de várias ações, como a criação de infra-estrutura, de incentivos fiscais, concessão de linhas de crédito, criação de pólos ou regiões turísticas, como é o caso do Programa Estrada Real, dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais e de outros projetos pelo Brasil.

Outra forma de estimular o desenvolvimento turístico de uma região dá-se por meio da celebração de parcerias e convênios entre governos e outros organismos não-governamentais e entidades ligadas ao setor, tanto nacionais como internacionais. No caso da Estrada Real, foram celebrados diversos convênios com FIEMG, Sebrae, Sesi, Senai, FGV e com organismos internacionais como o BID e o PNUD.

Programa Estrada Real

Políticas de Turismo: análise geral

A proposta de gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 fomenta a consolidação de uma espécie de rede de instituições e entidades em todo o país, envolvendo o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, fato que tem estimulado o desenvolvimento planejado da atividade no país (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

A gestão do Programa Estrada Real é de responsabilidade do Instituto Estrada Real. Em Minas Gerais, o estabelecimento dos chamados circuitos turísticos e do Programa Estrada Real deram novo rumo ao desenvolvimento do setor no Estado. É importante lembrar que durante anos o turismo mineiro ficou reduzido às cidades históricas e às áreas de concentração de recursos hídricos e termais como o Circuito das Águas, localizado na parte sul do Estado (AJS&A, 2003). O principal motivo dessa concentração nas cidades históricas advém do fato do Estado ser detentor do maior patrimônio histórico catalogado pelo Ministério da Cultura,

onde se destacam os conjuntos arquitetônicos de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Diamantina, São João Del Rei e uma infinidade de lugarejos onde os portugueses extraíram o ouro e construíram casas e igrejas (GAZETA MERCANTIL, 2006).

Como oportunidade de alterar essa situação buscando novas alternativas e segmentos a serem explorados turisticamente, surge então a proposta da Estrada Real, considerado o maior projeto turístico do país e de desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, segundo o governador Aécio Neves (GAZETA MERCANTIL, 2006).

Porém, o Programa Estrada Real, sob vários aspectos parece suscitar divergências de opiniões, fato que não deve surpreender em função do projeto, que abrange uma extensão territorial de mais de 1400 km e 177 municípios, dos quais 162 encontram-se no Estado de Minas Gerais. Afinal, encontrar unanimidade de opiniões, frente ao desafio de planejar algo tão grandioso, nos parece um tanto complexo.

A partir das informações coletadas é possível tecer uma série de considerações que envolvem a teoria das políticas públicas e as possíveis contribuições destas ao desenvolvimento do turismo no município de São João Del Rei.

O Programa Estrada Real possui, como tantos outros de cunho turístico, uma série de potencialidades a serem desenvolvidas em torno de patrimônio, história, cultura, religiosidade ou recursos naturais. Por outro lado, existem diversas dificuldades em sua estruturação e implantação, que possuem ações de curto, médio e longo prazo. O que se percebe é que todos esses projetos turísticos, em qualquer país que estejam sendo desenvolvidos, além do alto investimento em pesquisa, qualificação de mão-de-obra ou infra-estrutura, necessitam também da realização de diversas parcerias para se concretizarem.

Os convênios e as parcerias firmados para desenvolvimento das ações do Programa Estrada Real e do Proyecto Alkántara, apresentado aqui como exemplo comparativo, indicam a preocupação dos seus idealizadores em atingir os objetivos propostos de modo efetivo. Este tipo de iniciativa favorece que o desenvolvimento turístico de determinado local é uma realidade no mundo todo. Essas parcerias beneficiam as comunidades onde estão sendo desenvolvidos os projetos e, de certa forma, reafirmam sua importância.

Tal importância se evidencia também em relação ao Brasil, onde as Diretrizes Operacionais do Programa Nacional de Regionalização do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004b) ressaltam que a formação de parcerias envolvendo os setores público e

privado, a sociedade civil e o terceiro setor são fundamentais no estabelecimento da gestão coordenada do programa. Nesse sentido, considera-se parceria o processo pelo qual, no mínimo dois atores, trabalham em função de objetivos comuns. Assim, os parceiros podem contribuir efetivamente na busca pelos resultados esperados e, portanto, seu papel é muito importante no desenvolvimento turístico.

Beni (2001) afirma que a parceria com a iniciativa privada seja o único meio a curto e médio prazo para enfrentar a escassez de recursos financeiros do setor público e a ausência de recursos humanos especializados. E ainda, que no cenário nacional, o governo federal tem dado ênfase à formação de organizações sociais.

Em 1999, quando foi criado, o Instituto Estrada Real – IER tinha a responsabilidade de planejamento e gestão do programa e suas ações se concentraram apenas em divulgação, ainda que de forma pouco sistemática. Posteriormente, o Programa Estrada Real foi incluído no Plano Plurianual de Ação de Governo – PPAG (2004-2007), como projeto estruturante (SETUR/MG, 2005), tendo, então, sido implementadas outras ações principalmente no âmbito de infraestrutura e qualificação profissional.

No turismo, essa forma de organização tem sido positiva e tem auxiliado no planejamento e organização da atividade. Dias (2003) destaca que a participação organizada da sociedade tem se revelado como uma tendência de integração com o Estado em seus diversos níveis. O autor afirma ainda que a ação dessas ONGs tem favorecido o aumento da participação do cidadão, articulando-se de tal forma, que conseguem suprir algumas deficiências do Estado em relação à sua ação social, além de terem se tornado um importante grupo de pressão, fazendo com que o poder público cumpra de alguma maneira seus objetivos em áreas específicas.

Assim, a participação de ONGs acaba por assumir um caráter complementar ou de cobrança junto ao poder público, favorecendo o desenvolvimento do turismo.

Percepção de empresários, comunidade local e visitantes

A pesquisa realizada em São João Del Rei junto à comunidade, empresários e visitantes² teve como objetivo identificar a percepção dos envolvidos no turismo em relação ao Programa Estrada Real.

Assim, ao se comparar as respostas obtidas, chamam a atenção a dos representantes da comunidade e dos empresários. Essas respostas indicam que as percepções dos entrevistados correspondem ao início da implementação do programa, quando o foco dado à Estrada Real era voltado apenas para sua divulgação. Por isso, acredita-se que apesar do alto investimento na propagação de maiores informações sobre investimentos em infra-estrutura, qualificação profissional e demais ações não foram observadas pela comunidade local por falha de comunicação, devendo esta receber mais atenção neste aspecto, pois deve ser a principal interessada no assunto.

Pode-se perceber nas respostas obtidas junto aos moradores e visitantes uma boa percepção da origem histórica da Estrada Real. Assim, a maioria dos entrevistados a relaciona aos caminhos por onde o ouro extraído das minas era escoado para o litoral de onde era levado até Portugal. Outras respostas ainda indicam caminhos percorridos por bandeirantes e tropeiros e a relacionam ao turismo – historicamente mais recente. O turismo, mais recente na história da região, tem sido tratado por muitos como uma nova alternativa de desenvolvimento local, por seu patrimônio histórico e cultural relativamente bem preservado.

Em relação à percepção dos entrevistados sobre a influência da Estrada Real no fluxo turístico do município, as opiniões são divergentes. As respostas obtidas junto à comunidade, Sebrae local, Circuito Trilha dos Inconfidentes e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo indicam aumento no fluxo turístico em São João Del Rei. Para a Associação Comercial e Industrial e Sindicato do Comércio Varejista da cidade, o fluxo turístico não se alterou.

Essa divergência de opiniões pode estar relacionada à frequência dos visitantes no município, pois segundo dados coletados junto às agências de viagem (operadoras), a maioria dos roteiros em que São João Del Rei faz parte, não possui pernoite na cidade. Esses roteiros incluem outras cidades como Tiradentes, Ouro Preto, Mariana e Congonhas do Campo e muitas vezes a hospedagem é feita em Belo Horizonte que está a aproximadamente 180 km de distância e possui melhor infra-estrutura. Assim, o fluxo de visitantes de apenas um dia (ou algumas horas) seria percebido apenas junto aos estabelecimentos de alimentos e bebidas e

outros equipamentos de lazer, como a Maria Fumaça que faz o trajeto entre São João Del Rei e Tiradentes, que é um passeio muito procurado por quem visita a cidade.

Importante também são as respostas obtidas junto aos moradores. Há um equilíbrio entre os que acreditam que houve melhoria e os que não puderam perceber isso. É importante destacar que as entrevistas foram realizadas em bairros que têm um fluxo de visitantes, em outros que fazem parte do trajeto de entrada ou saída da cidade, bem como em outros que sequer estão no caminho destes. Assim, certamente alguns entrevistados tinham maior contato com o movimento de visitantes enquanto outros podiam não ter.

Sobre as melhorias percebidas pelos entrevistados na comunidade local, indicam certa falta de informação, pois a maioria somente citou aumento no fluxo turístico. Em menor percentual, outros citaram melhoria na infra-estrutura urbana, maior conscientização das pessoas sobre o turismo, aumento no número de lojas de artesanato e melhorias nas estradas de acesso à cidade.

Um importante investimento realizado na cidade foi a ampliação do aeroporto que ganhou nova pista, nova estrutura e recentemente começou a receber vôos regulares de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, com escala em São João Del Rei. Essa ampliação tem gerado grande expectativa em relação a um possível aumento na demanda turística da região, uma vez que a cidade poderá se tornar uma “porta de entrada” para as cidades históricas de Minas Gerais, por ser atualmente a única com um aeroporto com vôo regular. E ainda, poderão ser realizados vôos fretados vindos dos principais pólos emissores que são Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, segundo dados da pesquisa realizada junto aos visitantes de São João Del Rei.

É importante destacar que Minas Gerais já ocupa a segunda colocação no “ranking” nacional de turismo segundo pesquisa sobre turismo doméstico, realizada em 2006, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE, e Ministério de Turismo em 30 mil domicílios urbanos. Essa pesquisa constatou que 10,5% dos brasileiros escolhem Minas Gerais como destino de viagem. O turismo doméstico realizado pelos brasileiros é dimensionado em 40.483 mil viagens, segundo a FINE em 2006 (MARESGUIA, 2007). Esses dados vão de encontro ao que afirma a OMT que calcula que o turismo interno seja dez vezes maior em volume que o turismo internacional.

Ainda que este índice possa ser bem menor em países periféricos, existe a perspectiva de consolidação da atividade nesses países, oferecendo a oportunidade de melhoria da qualidade dos serviços prestados e contribuindo para o desenvolvimento da economia (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

Assim, um programa turístico do porte da Estrada Real apresenta-se como uma alternativa viável de desenvolvimento para os Estados envolvidos, em especial para Minas Gerais, que abriga a maioria dos municípios nos mais de 1400 km de trajeto.

Outro aspecto que se destaca em relação aos dados coletados em São João Del Rei, é que existe uma expectativa geral, de todos os envolvidos – comunidade, visitantes, empresários e representantes de entidades, associações e poder público municipal - de melhorias na região. Várias ações têm sido realizadas voltadas para o planejamento, a profissionalização e estruturação do turismo, porém somente serão percebidas em médio ou longo prazo.

Como consequência das ações desenvolvidas, a FIEMG e o IER firmaram no início de 2006, um termo de cooperação com o BID, através do qual foram assegurados US\$ 3,4 milhões para investimentos em programas de fortalecimento das redes de turismo locais ao longo da Estrada Real. Esta primeira etapa atende a Ouro Preto, São João Del Rei e Santa Bárbara, além dos municípios e distritos localizados no seu entorno (SECRETARIA DE GOVERNO DE MG, 2007). Esses programas prevêm, principalmente, o fortalecimento da rede de pequenas e médias empresas da cadeia produtiva do turismo, além de treinamento e qualificação de empresários envolvidos na Estrada Real. Ainda segundo a Secretaria de Governo do Estado, em maio de 2006, as Nações Unidas, por meio do PNUD, incorporou-se ao projeto, ao assinar convênio de cooperação técnica com Instituto Estrada Real, cujo objeto foi o repasse de tecnologia para a elaboração, execução e acompanhamento de projetos de desenvolvimento.

Assim, espera-se que essas ações sejam contínuas, de modo a favorecer a inclusão de todos no processo de desenvolvimento turístico da região e democratizando o acesso aos equipamentos e serviços turísticos.

Considerações finais

Tudo indica que o Programa Estrada Real tem trazido benefícios para São João Del Rei, apesar da atividade turística ainda merecer atenção em alguns aspectos. Os dados obtidos junto

a visitantes e operadores de viagem indicam uma necessidade de melhor preparo da cidade para receber seus visitantes. Operadores de viagem e visitantes fizeram observações principalmente em relação ao comércio, incluindo restaurantes, que normalmente se fecham à noite e nos finais de semana e feriados – período em que há maior concentração de pessoas na cidade. Neste caso, deveria acontecer uma reorganização das atividades comerciais locais no sentido de melhor atender aos visitantes, tanto na diversificação de produtos como na qualidade do atendimento de maneira geral.

Percebeu-se, no decorrer desta pesquisa, que o turismo em São João Del Rei, apesar de existir mesmo que de modo incipiente desde o final do século XVII, quando foi inaugurado na cidade o seu primeiro hotel (GAIO SOBRINHO, 1997), ainda necessita planejar e profissionalizar a atividade.

Com as novas possibilidades advindas do Programa Estrada Real no município, espera-se que tanto o poder público municipal quanto a iniciativa privada invistam mais em capacitação, treinamento e qualificação de mão-de-obra voltada para funções operacionais e gerenciais focadas nos setores público e privado.

Com a profissionalização da atividade turística em São João Del Rei, investimentos e melhoria da infra-estrutura urbana, certamente, todos serão beneficiados: visitantes, empresários e a comunidade local.

Referências

AICHINGER, Eberhard Hans. Entrevista. *Revista de Carnaval Mangureira 2004*. Encarte Especial, p. 08-10.

AJS&A – António José Sá & Associados. *Plano estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no Estado de Minas Gerais*. Diagnóstico e Estratégia. Lisboa, Portugal: jun. 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em: 08 fev.. 2009.

BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 5 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BENI, Mário Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação à administração Geral*. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

DIAS, Reinaldo. Política de Turismo. In: *Planejamento do Turismo. Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *História do comércio em São João del Rei*. São João del Rei: Sindicato do Comércio Varejista de São João del Rei, 1997.

GAZETA MERCANTIL. *As riquezas da Estrada Real*. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/clipping/clipping03.cfm?clip_id=2069>. Acesso em 23 maio 2006.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. *Turismo. Princípios, Práticas e Filosofias*. Trad. Roberto Cataldo Costa. 8 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Bruno Martins Augusto; SANTOS, Antônio Carlos. Regionalização do Turismo e Relações entre seus Agentes. *Valor Econômico*. São Paulo, p. A10 - A10, 21 maio 2007.

GUERRA, Adriano; OLIVEIRA, Eduardo Henrique; SANTOS, Marcelo. *Estrada Real – análise crítica das políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais no período de 1999 a 2003*. 2003. 32 f. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HALL, Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

LOW-BEER, Jacqueline. *O estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997)*. Espaço & Geografia, v.5, n. 2 (2002), 65:100. ISSN: 1516-9375 66.

MARESGUIA, Walfrido dos Mares. *Turismo no Brasil: realizações e perspectivas*. Fórum Panrotas – Tendências do Turismo. São Paulo, 21 de março de 2007. Disponível em: <http://www.jornalemacao.com.br/Imagens2007/Apresentacao_MinistroWalfrido.pdf>. Acesso em: 03 maio 2007.

MARIUZZO, Patrícia. Projeto para transformar a Estrada Real em roteiro turístico. *Ciência e Cultura*, Out./Dez. 2006, v. 58, n.4, p.15-17. ISSN 0009-6725.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil. *Plano Nacional de Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004a.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil. *Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2004b.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil. *Turismo no Brasil 2007 / 2010*. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 24 out. 2006.

OLIVEIRA, Silvana Toledo de Oliveira. *Estrada Real: história, cultura e turismo em São João Del Rei, Minas Gerais*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA, 2007.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; WIDMER, Glória Maria. Planejamento turístico. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). *Turismo*. Como aprender, como ensinar. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

SALVATI, Salvador (org.). *Turismo Responsável*. Manual para Políticas Públicas. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004.

SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MG. *Projeto Estruturador Estrada Real*. Relatório de Execução 2005. Belo Horizonte: Setur, 2005.

SOLHA, Karina Toledo. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. *Planejamento turístico*. Barueri, SP: Manole, 2006. p. 89-100.

Artigo recebido em 04 de outubro de 2008

Aprovado para publicação em 30 de novembro de 2008

¹ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

² Os dados completos referentes a esta pesquisa estão disponíveis na dissertação “Estrada Real: história, cultura e turismo em São João Del Rei – Minas Gerais” – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).